

O MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO NO BRASIL: ENTRE A LUTA PELA REFORMA UNIVERSITÁRIA E A RESISTÊNCIA À DITADURA (1960-1968)

ANTÔNIO MAURÍCIO FREITAS BRITO

Universidade Federal da Bahia - UFBA

mafbrito@hotmail.com

Resumo:

O artigo discorre sobre a atuação do movimento estudantil universitário nos anos 1960. Apresenta as principais pautas de mobilização do início da década, especialmente a luta pela reforma universitária. Explora o impacto repressivo do golpe de 1964 para o movimento estudantil. Demonstra o apoio de setores universitários à queda de Goulart ressaltando a importância de pesquisas sobre organizações estudantis anticomunistas. Discute a reorganização de uma ação estudantil em oposição ao regime militar tendo seu ápice em 1968. Sublinha a reação governamental inspirada no anticomunismo e a escalada repressiva até a edição do Ato Institucional no. 05. Levanta algumas questões historiográficas sobre o movimento estudantil no Brasil.

Palavras-chave:

Movimento estudantil – Golpe de 1964 - Anticomunismo

Abstract:

The article discusses the performance of the university student movement in the 1960s. It presents the main mobilization patterns of the beginning of the decade, especially the struggle for university reform. It explores the repressive impact of the 1964 coup on the student movement. It demonstrates the support of university sectors to the fall of Goulart emphasizing the importance of research on anticommunist student organizations. It discusses the reorganization of a student action in opposition to the military regime having its apex in 1968. It underlines the government reaction inspired by the anticomunism and the repressive escalation until the edition of the Institutional Act no. 05. It raises some historiographic questions about the student movement in Brazil.

Keywords:

Student movement – 1964 Coup – Anti-communism

O MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO NO BRASIL: ENTRE A LUTA PELA REFORMA UNIVERSITÁRIA E A RESISTÊNCIA À DITADURA (1960-1968)

ANTÔNIO MAURÍCIO FREITAS BRITO

Universidade Federal da Bahia - UFBA

mafbrito@hotmail.com

Este artigo analisa a atuação do movimento estudantil (ME) universitário¹ brasileiro na fase delimitada entre a luta pela reforma universitária e a resistência à ditadura militar² (1964-1968).³ A ampla bibliografia acadêmica e o *boom* de memórias sobre o período demonstram a importância dos estudantes como sujeitos políticos. Um imaginário em torno da *resistência* à ditadura foi construído destacando a rebeldia estudantil nesta fase do regime marcada pela progressiva militarização do Estado convivendo com uma oposição na cena pública. O ME exerceu protagonismo marcando a conjuntura com diversas ações recorrentemente noticiadas pela imprensa até dezembro de 1968, quando foi baixado o Ato Institucional no. 5 – marco do endurecimento do regime e da intolerância em relação ao protesto político. De outro lado, o foco na resistência ao regime militar convive com um relativo esquecimento da ação estudantil no início dos anos 1960 até o golpe de 1964. Por essa razão, o texto apresenta brevemente a pauta do ME antes do golpe, especialmente a luta pela reforma universitária. Em seguida, sublinha a fúria repressiva advinda com o golpe de 1964 e suas decorrências para o ME. Ressalta sua reorganização até o protesto estudantil assumir o protagonismo na resistência à ditadura na cena pública em 1968 quando foi duramente atingido pelo AI-5.

Movimento estudantil aqui é definido como um movimento social que englobava ações desenvolvidas por estudantes na defesa de seus interesses, reivindicações, lutas, ideias etc.

¹ Este recorte reconhece que o movimento estudantil secundarista esteve presente como coadjuvante ou protagonista em muitas das lutas ao lado dos universitários. São histórias conectadas com muitas bandeiras comuns, mas também algumas tensões. A historiografia sobre o movimento estudantil brasileiro carece de estudos sobre o papel dos estudantes secundaristas, pois ex-ativistas e pesquisadores comentam haver especificidades no comportamento deste grupo. Daniel Aarão Reis alertou para a importância deste “setor específico, para o qual não se podem estender, sem mediações, as reflexões elaboradas a respeito dos universitários. E também por que os secundaristas desempenharam um papel decisivo em importantes capitais [...]. E foi a ação deles, no entanto, que conferiu ao movimento um caráter nacional”. Cf. REIS, Daniel Aarão. “1968, o curto ano de todos os desejos”, in: VIEIRA, Maria; GARCIA, Marco. (Orgs.). *Rebeldes e contestadores*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 65. Já Artur Poerner pontua que uma das novidades nas passeatas de 1966 era a “participação maciça – e mesmo majoritária – de estudantes secundaristas, que formavam uma verdadeira “linha dura” do movimento estudantil, com um radicalismo e uma disposição que chegavam a assustar os universitários”. Cf. POERNER, Arthur. *O Poder Jovem. História da participação política dos estudantes brasileiros*. São Paulo: Centro de Memória da Juventude, 1995, p. 263.

² O uso de uma terminologia com ênfase no protagonismo militar não desconsidera a importância de analisar o papel dos setores civis, bem como dos empresários durante a ditadura. A natureza do golpe e do regime pós-1964 é uma das controvérsias que marca a historiografia sobre o período.

³ A periodização adotada neste texto considera a ditadura militar o período entre 1964 (início) e 1985 (transição negociada com Figueiredo passando o governo para um civil). Esse interregno foi marcado por diferentes fases do regime. Editado em 13 de dezembro de 1968, o AI-5 representou uma mudança qualitativa na dinâmica repressiva do regime. Pode ser visto como um endurecimento do regime e/ou a entrada aberta da ditadura na era do terrorismo de Estado. Por essa razão, a análise do ME é restrita até 1968. Existem controvérsias sobre quando começa e quando termina a ditadura. A ampla maioria dos estudos indica 1964, mas alguns defendem que a ditadura começou após a edição do AI-5. O final do regime oscila entre 1979 (revogação do AI-5), 1982 (eleições diretas para governador), 1984 (movimento das Diretas), 1985, 1988 (aprovação da constituição) e 1989 (eleições diretas para presidente).

Investigamos principalmente ações impulsionadas a partir da União Nacional dos Estudantes (UNE). Esta delimitação é a que mais tem sido investigada pelos pesquisadores do tema. Embora as histórias do ME e da UNE se confundam,⁴ a participação política dos universitários neste período não pode ser reduzida à ação da entidade nacional.

Mesmo com essa ressalva, este enfoque se justifica porque, naquele período, essas entidades canalizaram a energia militante dos estudantes que buscavam atuar no cotidiano do ME. Como disse Guillon Albuquerque⁵, qualquer proposição político-organizativa que quisesse ter audiência junto ao corpo discente passava pelo crivo dessas estruturas de representação para ganhar legitimidade. Ou seja, essas instâncias – DAs, DCEs, UEEs e UNE - exerciam um significativo poder de atração junto ao universitário que tivesse interesse na participação política.

A organização no âmbito de cada curso ou Faculdade se dava pelos Diretórios Acadêmicos e pelo Diretório Central dos Estudantes. As Uniões Estaduais de Estudantes de cada estado encaminhavam demandas mais amplas. Nacionalmente, a União Nacional dos Estudantes foi fundada em 1937, teve papel ativo nas mobilizações nos anos 1960 tornando-se porta-voz com autoridade e representatividade junto ao movimento estudantil, ao Estado, aos governos e na relação com a sociedade civil. Por essa razão, principalmente a UNE não foi poupada pelos golpistas em 1964 nem pela ditadura. Para compreender este processo, passemos a discorrer sobre as lutas estudantis no início dos anos 1960 até o golpe de 1964.

O ME antes do golpe de 1964

Uma das principais bandeiras que animou o ME nos primeiros anos dos sessenta foi lutar pela reforma universitária que democratizasse o ensino superior.⁶ Sua inspiração mais remota é a Carta de Córdoba⁷ (1918). Em maio de 1960, a UNE e a União dos Estudantes da Bahia realizaram o I Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior. O evento contou com a participação de delegações de todas as Uniões Estudantis Latino-Americanas. Novamente os estudantes brasileiros tomaram um contato “com a Carta de Córdoba e outros documentos nela inspirados.”⁸

Este tema encontrou terreno fértil na Universidade da Bahia (UBA). Em 1960, uma greve estudantil paralisou a Universidade baiana por quase três meses. O Reitor da instituição era Edgard Santos – ex-diretor da Faculdade de Medicina por uma década (1936-1946) e depois reitor fundador da UBA durante 15 anos (1946-1961). A luta emergiu após estudantes ocuparem uma residência da universidade destinada ao acolhimento de estudantes estrangeiros. A reitoria

⁴ POERNER, 1995.

⁵ ALBUQUERQUE, José Augusto Guillon. *Movimento estudantil e consciência social na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

⁶ CUNHA, Luiz Antônio. *A Universidade crítica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989, p. 207. Segundo o autor, em 1964 havia 39 universidades no Brasil. *Ibid.*, p. 95.

⁷ “É dos fins do século XIX o início da movimentação pela reforma universitária nas universidades dos países hispano-americanos: desde 1899, professores peruanos reivindicavam a renovação do ensino. Os estudantes não ficaram atrás. Em 1908, realizou-se em Montevideu o 1º Congresso de Estudantes Latino-Americanos [...]. Reivindicou-se, aí, a substituição das aulas-conferências por seminários; a abolição dos exames; a participação dos estudantes na direção das universidades; a preparação especial para a carreira do professor; a instituição da livre-docência. Logo após o término do congresso, o governo instituiu a representação estudantil na universidade, talvez a primeira iniciativa do gênero na América Latina. [...] Em 1918, [houve o] [...] nascimento da Federação Universitária Argentina [...]. seu primeiro congresso foi realizado no mesmo ano, em Córdoba, sendo aprovada a Carta Magna da reforma Universitária, consagrando a expressão. A Carta de Córdoba, evocada durante décadas pelo movimento estudantil latino-americano, definia princípios gerais ‘contra um regime administrativo, contra um método docente, contra um conceito de autoridade’ vigentes na universidade oligárquica e clerical”. CUNHA, 1989, p. 209-210.

⁸ CUNHA, Op. Cit., p. 216.

interpretou o fato como “invasão da residência internacional” e aplicou uma sanção disciplinar a vários ativistas. Da ocupação da Residência, o movimento se expandiu para uma mobilização em prol de reformas na estrutura da universidade.

Acionar a necessidade da reforma da universidade ampliava a mobilização e possibilitava incorporar diversas reivindicações específicas. O ME realizaria memoriais em algumas unidades apontando os principais problemas dos cursos. Os estudantes pleiteavam melhorias materiais e democratização dos espaços decisórios e da estrutura das universidades brasileiras. Um destes problemas estava na cátedra. Segundo Cunha:⁹

“[uma] faculdade era composta de cátedras, cada qual correspondendo a uma certa área de saber. A reunião de certas cátedras compunha a série e a seqüência destas, o curso. A cátedra tinha no professor catedrático o titular vitalício, somente substituído por morte, afastamento ou jubilação (aposentadoria). Ao catedrático estavam vinculados os professores assistentes, livre-docentes e auxiliares, aos quais estavam atribuídas as tarefas docentes das disciplinas ou das turmas que resultavam da subdivisão da cátedra. Os auxiliares de ensino eram indicados pelo próprio catedrático, pois deveriam ser pessoas de sua confiança. Cada faculdade era dirigida pela congregação, formada pelos professores catedráticos e pelo representante dos livre-docentes, por eles eleito”.

O trecho é sugestivo da centralização de poder em torno do catedrático. Com o tempo, o ME sintetizaria a crítica à estrutura da universidade. Presidente da República, Jânio Quadros chegou a ir à residência do universitário negociar o fim da greve. Outras “influências intelectuais e políticas do Brasil inteiro convergiram para encontrar uma solução que satisfizesse ambas as partes – reitoria e comunidade estudantil”¹⁰. Estes dados indicam o impacto nacional da greve na opinião pública e nos altos escalões do governo e das autoridades educacionais brasileiras.

A UNE montaria plantão em Salvador. Tentaria reunir a representação estudantil brasileira para debater a situação. Com autoridade moral pelo enfrentamento com a Reitoria da UBA, o baiano Oliveiros Guanais assumiria a presidência da UNE em setembro de 1960. A nova gestão tentaria nacionalizar a greve para outras faculdades, mas apenas algumas universidades brasileiras aderiram ao movimento.

Emergiu com intensidade o discurso da necessidade de mediadores. O Jornal baiano *A Tarde*, o ministro da Educação e alguns pais de alunos tentaram um acordo – ambas as iniciativas fracassaram. Por fim, professores da universidade assumiram esta tarefa. Depois de três meses, a greve estudantil foi encerrada, o reitor Edgard Santos saiu desgastado para a sucessão na Reitoria e as atividades universitárias foram normalizadas no final de setembro.

Um pesquisador formulou que “o início dos anos 60 presenciou os primeiros movimentos estudantis de massa voltados agora para os problemas específicos da Universidade”¹¹. Os estudantes da UBA seriam exemplos dessa assertiva e dariam concretude à luta pela reforma universitária. A União dos Estudantes da Bahia (UEB) se fortaleceria nacionalmente. A experiência de luta mostrou a importância do estudo sobre a universidade, o que passaria a ser objeto de reflexão da UNE com a realização do I Seminário Nacional de Reforma Universitária (SNRU), em Salvador. A cidade “foi escolhida, provavelmente, pelo prestígio conseguido pela União dos Estudantes da Bahia na movimentação dos estudantes”¹².

⁹ CUNHA, Op. Cit., p. 15-16.

¹⁰ NASCIMENTO, Angelina Bulcão. *Trajatória da juventude brasileira: dos anos 50 ao final do século*. Salvador: Edufba, 1999, p. 133.

¹¹ MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil: 1964-1968*. Campinas: Papirus, 1987, p. 42-43.

¹² CUNHA, 1989, p. 216-217.

No seminário, os estudantes debateram a situação da universidade e formularam críticas estruturais. Uma primeira se referia ao elitismo da universidade. Apenas 0,2% da população brasileira à época tinha acesso ao ensino superior¹³ e o conhecimento produzido se distanciava dos setores populares. O elitismo estava no acesso à universidade e no tipo de conhecimento produzido – não conectado com as demandas da maioria. Por fim, não havia democracia interna nas instituições. Os estudantes opinavam e influenciavam muito pouco nos rumos das decisões.

Ao mesmo tempo em que os estudantes se organizavam para a luta educacional, nem por isso deixavam de ser contagiados pela efervescência política dos anos 1960 no Brasil e no mundo. No plano internacional, a Revolução Cubana se destacava como fonte de inspiração, despertaria a solidariedade dos militantes estudantis de esquerda e a ira de estudantes anticomunistas.

Com a revolução cubana, a América Latina seria lançada ao centro da Guerra Fria.¹⁴ Os Estados Unidos mudaram sua política externa para a América Latina. Intensificaram “medidas de natureza repressiva (vigilância, fortalecimento dos aparatos de segurança dos Estados da região), propagandística (intensificação das campanhas anticomunistas) e social (aumento da ajuda econômica)”.¹⁵

Muitos militares brasileiros passariam a conhecer mais de perto a lógica estadunidense de combate ao comunismo. A “Aliança para o Progresso” seria criada para combater os comunistas pelo viés da ajuda econômica e social aos países do continente. O fomento a programas de intercâmbio universitário com viagens de jovens brasileiros aos EUA seria outra sutil medida para a propaganda capitalista. Muitos estudantes brasileiros viajariam para os EUA financiados por estes programas.

A condecoração da Ordem Cruzeiro do Sul dada por Jânio Quadros a Che Guevara causou indignação em muitos setores. O presidente tinha sido eleito com um discurso focado no combate à corrupção. Demonstrava alguma simpatia pela reforma agrária e agia autonomamente, com pouco diálogo institucional e sem base de apoio. Jânio Quadros renunciou à presidência da República em 1961, denunciando uma tentativa de golpe. Seu vice-presidente era João Goulart, eleito por outra chapa – algo possível à época, pois se podia votar no presidente de uma chapa e no vice de outra.

João Goulart gozava de alto índice de rejeição por setores anticomunistas das Forças Armadas que o enxergavam como um “esquerdista”, sobretudo por ter sido Ministro do Trabalho durante o governo de Getúlio Vargas. Sua posse sofreu veto destes atores; em contrapartida, surgiu um amplo movimento político-militar em defesa da legalidade reunindo o Governador do Rio Grande do Sul (Leonel Brizola), políticos, militares legalistas, setores da imprensa e movimentos sociais. A UNE e setores militantes participaram desta frente em torno do respeito à constituição e pela posse de Goulart. O “movimento pela legalidade” estimulou a vigência de atos políticos em muitos estados. A UNE fez parte

“imediata e ativamente, da resistência organizada pela chamada “Cadeia da Legalidade”, ocasião em que grupos de estudantes chegaram a se unir a outros setores populares para a coordenação de grupos armados. Tal atuação da UNE marcou o seu ingresso efetivo na Frente Nacionalista e Popular, ao mesmo tempo em que lhe garantia, no contexto de 1961, importante repercussão favorável entre os universitários.”¹⁶

¹³ POERNER, 1995, p. 213.

¹⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

¹⁵ *Ibid.*, p. 232

¹⁶ MARTINS FILHO, 1987, p. 54.

Mesmo que não tenha sido um movimento de massas, este exemplo merece destaque pelo dinamismo da conjuntura e pela conexão do ME com pautas gerais. O desfecho teve João Goulart como presidente sob um regime parlamentarista, mas a tensão continuou. Em 1961, houve onda de indignação por parte dos anticomunistas pelo novo governo reatar relações diplomáticas com a URSS. Setores anticomunistas voltariam a vociferar críticas em 1962, devido à política externa do Governo João Goulart e sua discordância diante da expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA) e de uma intervenção armada no país. Decorrerá desse embate a proliferação do discurso a respeito da “infiltração comunista” nos escalões do Governo, bem como em instituições, movimentos sociais, organizações, imprensa etc. Este jargão seria acionado muitas vezes pela imprensa e pelos ativistas estudantis anticomunistas nos conflitos políticos e na tentativa de desgastar a imagem do ME e da UNE.

Esta polarização política influenciaria, mas não seria capaz de desviar os estudantes da reforma universitária. Em 1962, os estudantes voltariam a debater o tema. Aprofundaram as resoluções e compreensão da estrutura universitária, sintetizada nas resoluções do II Seminário Nacional de Reforma Universitária, realizado no Paraná¹⁷. A principal deliberação foi reivindicar 1/3 de representação estudantil nas instâncias de direção da universidade visando “alterar a composição dos órgãos de direção universitária – os colegiados, os conselhos e as congregações – inserindo neles estudantes e funcionários com um percentual de voz e voto”¹⁸. Essa luta se traduziu numa greve que paralisou a maioria das 40 universidades brasileiras, ensejou grandes manifestações e, embora não tenha atingido seu objetivo, pautou a questão da reforma universitária na opinião pública, no corpo estudantil e cada vez mais foi sendo articulada como parte das reformas de base necessárias para o Brasil sair do *subdesenvolvimento*.

Esta mobilização estudantil contou com o componente artístico nos métodos de luta. Isto porque houve a criação do Centro Popular de Cultura (CPC) em conexão com a UNE. O CPC sintetizou um movimento que envolveu artistas e ativistas empenhados em elaborar uma “cultura popular” no teatro, cinema, música e literatura. A ideia era popularizar uma arte engajada na crítica ao capitalismo e na conscientização popular. Criada em 1962, a UNE Volante agiu como uma caravana que percorreu universidades em vários estados apresentando peças teatrais sobre a necessidade da reforma universitária - especialmente a luta por 1/3 – e “suas propostas de intervenção dos estudantes na política universitária e na política nacional, em busca das reformas de base, no processo da revolução brasileira, envolvendo a ruptura com o subdesenvolvimento e a afirmação da identidade nacional do povo”¹⁹. Além disso, “semeou doze filhotes do CPC nos quatro cantos do país, cada um dos quais teve maior ou menor destaque”²⁰.

O CPC incorporava um sentimento difuso entre os ativistas estudantis de “missão histórica”. O baixíssimo percentual de pessoas que acessavam o ensino superior na época aliado ao clima político-cultural-ideológico propiciava um grau de percepção em parcelas estudantis da condição universitária como um privilégio. Nos setores de vanguarda, a decorrência deste sentimento era a necessidade do engajamento para transformar as estruturas da universidade e do Brasil – o que implicava cerrar fileiras em lutas e espaços que propiciassem “conscientizar” largas parcelas da população. Isso explica também a participação de muitos estudantes universitários em projetos de

¹⁷ FÁVERO, Maria de Lourdes de. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

¹⁸ ARAÚJO, Maria Paula. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007, p. 103.

¹⁹ RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 90.

²⁰ RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 91. Para um painel sobre as controvérsias historiográficas e a diversidade de propostas do CPC: cf. GARCIA, Miliandre. “A questão da cultura popular: as políticas culturais do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE)”. *Revista Brasileira de História*, v. 24, n. 47, 2014, São Paulo, p. 127-162.

educação popular, inspirados no método Paulo Freire e articulados com o combate ao analfabetismo e à desigualdade social, conectados com a crítica estrutural da sociedade brasileira e do capitalismo.

Atentos a essas questões gerais e ao problema do subdesenvolvimento, em 1963, sob o impacto da Revolução Cubana e da necessidade de uma ação conjunta entre os povos latino-americanos para a derrota do imperialismo, os estudantes baianos com o apoio da UNE organizaram o *Seminário dos Estudantes do Mundo Subdesenvolvido*. Segundo a imprensa, quase 300 delegados de diversos países participaram do evento, que contou também com a presença de autoridades oficiais, incluindo o Ministro das Relações Exteriores, o deputado Paulo de Tarso e o Governador da Bahia.

Num contexto de polarização política e ideológica, o evento atraiu críticas. A Frente da Juventude Democrática (FJD) publicou um documento denunciando que a UNE, “central de agitação do Partido Comunista [...], programou e vai realizar, com financiamento das Embaixadas de Cuba e Tchecoslováquia, uma reunião de grandes proporções [...] [com a presença de] agentes estrangeiros da Bolívia, de Cuba, do Peru, e de países africanos e asiáticos”. O texto apontava que a reunião tinha “caráter até conspirativo em continuidade ao feito em louvor de Fidel Castro.”²¹

Dreifuss afirma que a FJD era dirigida por ativistas estudantis de direita e visava desagregar a UNE. Essa campanha era articulada pela elite orgânica que conspirava contra o Governo Goulart e, através do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), visava deslegitimar entidades como a UNE.²² O IPES desqualificava a UNE, financiava chapas anticomunistas para as disputas eleitorais, estimulava publicações contra a entidade – a exemplo do livro “UNE: instrumento de subversão”,²³ divulgava panfletos associando a reforma universitária pretendida pela UNE à violência²⁴ e produziu o filme “Deixem o estudante estudar” com alto teor anticomunista.²⁵

Predomina na carta da FJD o discurso anticomunista combinado com o argumento do financiamento estrangeiro para a subversão. Este argumento esteve na agência anticomunista. Não por acaso, em 1963 a UNE foi alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara Federal para investigar o recebimento de verbas. Embora nada tenha sido comprovado, a CPI contribuiu para desgastar a imagem da entidade²⁶. Note-se ainda na carta da FJD a noção segundo a qual a UNE era uma seção brasileira do partido comunista e que o evento contaria com a presença de estrangeiros visando conspirar a favor de Fidel Castro. Argumentava que a “diretoria russificada” da UNE organizou o evento também para conseguir dinheiro, “corromper e vencer as eleições no Congresso”. Dizia:

“A FRENTE DA JUVENTUDE DEMOCRÁTICA, com seus elementos em vigilância indormida e buscando informações nos próprios redutos dos adversários estrangeiros, conclama os verdadeiros estudantes que defendam as instituições nacionais e repudiem a farsa soviética, que nada tem de seminário e muito menos de estudantil, pois representa um

²¹ BRITO, 2008, p. 53.

²² DREIFUSS, René A. *1964, a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

²³ SEGANFREDO, Sônia. *UNE: Instrumento de subversão*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963.

²⁴ PELEGRINI, Sandra C. *A UNE nos anos 60 – Utopias e Práticas Políticas no Brasil*. Londrina: Ed. da UEL, 1997.

²⁵ ASSIS, Denise. *Propaganda e cinema a serviço do golpe (1962/1964)*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2001.

²⁶ BOTELHO, William Marcus. *A história da Comissão Parlamentar de Inquérito da União Nacional dos Estudantes: CPI da UNE (1964)*. 2017. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

ato notório de ingerência estrangeira no país. Ary Madeiro de Brito – presidente em exercício da FDJ.”²⁷

As críticas não se resumiram a cartas. Um dia após a abertura do Seminário, ocorreu um “comício de protesto contra o Seminário dos Estudantes do Mundo Subdesenvolvido” - evento considerado uma “afronta à democracia”. Em sinal de repúdio ao congresso “imoral”, houve a queima de uma bandeira do Partido Comunista, ritual definido como “um batismo de fogo autêntico contra o comunismo”. O secretário geral da Frente da Juventude Democrática afirmou que o congresso estaria sendo financiado pelo “dinheiro do povo” e pela “Cortina de Ferro”. Uma última matéria intitulada “O Seminário da subversão” atesta o fato político nacional criado com o evento e a disputa em torno dos seus significados:

Mas se não há benefício para o País na reunião de estudantes comunistas, daquém e dalém-mar, para debaterem o que não entendem ou repetirem os eternos chavões contra a democracia e a ordem jurídica, contra a harmonia social, contra as tradições e os princípios do povo brasileiro, como explicar o auxílio governamental para a realização do seminário? Note-se que esse auxílio parte, simultaneamente, de diferentes áreas oficiais, o que mostra ter havido uma diretriz, uma coordenação altamente comprometedora para todo o Governo. [...] Só do Congresso, portanto, podemos esperar as medidas e providências que ponham termo à despudorada e desembaraçada atuação dos servos de Moscou em nosso País. Apoiados, assistidos, estimulados de tantas maneiras e de tantos lados, os comunistas estão ampliando suas atividades, penetrando em outros setores, abrindo novos caminhos. Em vez de criar dificuldades à ação de entidades anticomunistas, como o IBAD, o IPES, o CONCLAP, o Congresso necessita ocupar-se da expansão vermelha e investigar como ela obtém, dentro do Governo, tantas facilidades, ajuda e recursos. Da atuação das associações acima citadas, e outras no gênero nada tem a recear o Legislativo. Mas a ascensão dos comunistas, por essas associações combatidas, será o fim da democracia e, conseqüentemente, do Congresso. Transcrito de “O Globo”, de 1º de Julho de 1963.²⁸

O golpe de 1964 e o movimento estudantil

A história se encarregaria de mostrar quem violentaria a restrita democracia. O acirramento da luta ideológica e da instabilidade política no país atingiria seu clímax nos idos de 1964. O exemplo do seminário estudantil do mundo subdesenvolvido atesta uma preocupação do ME com temáticas gerais, especialmente o subdesenvolvimento e o imperialismo. Cada vez mais a UNE se engajaria “nas lutas da frente anti-imperialista e popular, passando a figurar como parceria obrigatória do Comando geral dos Trabalhadores (CGT) em todas as manifestações e movimentos reivindicatórios do período”²⁹: campanha pelo presidencialismo, greves sindicais, fundação da Frente de Mobilização Popular, Frente Parlamentar Nacionalista, pressão pelas reformas, participação no comício da Central do Brasil etc.

Um destes eventos-chave foi o comício no centro do Rio de Janeiro organizado pelo governo para impulsionar as reformas de base. A UNE esteve presente ao lado de diversas entidades, seu presidente fez uma saudação e discursou a favor das reformas. Amplos setores das Forças Armadas consideraram o comício uma provocação. A oposição conservadora também reagiu mobilizando mais gente numa passeata em São Paulo contra a ameaça do “perigo vermelho”.

²⁷ BRITO, Antonio Mauricio Freitas. *O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)*. 2008. 245 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade federal da Bahia, Bahia, 2008, p. 53.

²⁸BRITO, 2008, p. 55.

²⁹ MARTINS FILHO, 1987, p. 60.

Outros conflitos envolveriam cabos e sargentos. Os militares alegariam quebra da hierarquia e da disciplina.

Em 31 de março uma ampla coalizão civil-militar depôs o Presidente Goulart. Em 02 de abril, a *Marcha da família com Deus pela liberdade* desfilou pelo centro do Rio de Janeiro. Dias depois, ocorreram passeatas com o mesmo teor em outras cidades. Junto a essas ações de rua, editoriais, reportagens e moções desqualificavam Goulart e seus apoiadores, denunciavam a “subversão” e demonstravam a ampla adesão à “Revolução”.

Os aplausos na rua e na imprensa estiveram combinados com a escalada repressiva. Concomitante ao silenciamento de discursos e gestos de resistência à deposição de Goulart, algumas medidas visaram garantir a ordem pela violência. A *Operação Brother Sam* é emblemática da retaguarda militar planejada com o apoio dos EUA para sustentar a ruptura institucional. Campanhas de busca e prisão resultaram entre 7.000 a 10.000 “detidos em uma única semana de abril” e “cerca de 50 mil pessoas” encarceradas entre abril e junho de 1964.³⁰

A fúria repressiva se disseminou. Em 09 de abril de 1964, o Comando Supremo da Revolução baixou um Ato Institucional (AI). Denominado posteriormente de AI-1, o ato deu a primeira base legal para a aplicação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). O AI-1 ampliava o poder do Executivo, “limitava os poderes do Congresso Nacional, suspendia temporariamente as garantias da imunidade parlamentar [...] e autorizava a cassação de mandatos legislativos [...], além da suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão por dez anos.”³¹ O Artigo 8º definia que “inquéritos e processos visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária poderão ser instaurados individual ou coletivamente.”

A Comissão Geral de Inquérito mostrou serviço. De acordo com Napolitano, “as cassações e os inquéritos policial-militares (IPM) foram os instrumentos utilizados” para “destruir uma elite política e intelectual reformista cada vez mais encastelada no estado”.³² Além dos sindicatos, organizações de trabalhadores rurais e instituições estatais como a Petrobras, as universidades “foram os alvos prioritários das ações repressivas. Na visão dos vitoriosos de 1964, as universidades brasileiras haviam se tornado ninhos de proselitismo das propostas revolucionárias e de recrutamento e quadros para as esquerdas. Ali se encontraria um dos focos principais da ameaça comunista”.³³

A repressão não poupou o setor estudantil. A UNE teve sua sede depredada e incendiada. Houve perseguição policial a diversos estudantes nos estados, prisões, expulsões das universidades, comissões de sindicância, comissões de inquérito, processos administrativos, destituição de direções de diretórios acadêmicos e diretório central dos estudantes. Inquéritos policiais e processos judiciais devassaram o movimento estudantil brasileiro e indiciaram participantes dos CPCs, dos projetos de alfabetização popular - como aqueles inspirados no método Paulo Freire - e demais ativistas que atuavam junto às entidades representativas do ME e na luta pelas reformas de base. Dezenas de estudantes da UBA foram indiciados em IPM para apurar a subversão no setor de ensino baiano. Do mesmo modo, as ações estudantis de resistência ao golpe não ficaram imunes ao olhar da repressão. Poerner afirma que um IPM responsabilizou sete estudantes da Faculdade Nacional de Direito pela organização de uma assembléia estudantil em defesa do

³⁰ MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi L; SWENSSON JR, Walter. *Contra os inimigos da ordem: a repressão política do regime militar brasileiro (1964-1985)*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 13.

³¹ MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi L; SWENSSON JR, Walter. *Contra os inimigos da ordem: ...*, op. cit. p. 18

³² NAPOLITANO, Marco. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2014, p. 70.

³³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 23.

governo Goulart.³⁴ Martins Filho menciona outro IPM aberto denunciando a UNE e indiciando 750 pessoas. Apesar destes dados, a bibliografia sobre o movimento estudantil (ME) guarda relativo silêncio sobre a repressão judicial.³⁵

Essas medidas repressivas abalaram a vanguarda política estudantil e geraram desarticulação no ME. Cerca de 3000 estudantes foram presos, expulsos e/ou expatriados desde o golpe.³⁶ As tentativas de resistência ficaram isoladas, restritas a pequenos círculos e rapidamente frustradas ou derrotadas. A repressão agiu com foco. De acordo com Motta, “no momento do golpe os agentes repressivos já tinham seus alvos previamente definidos. Eles mantiveram os militantes sob vigilância mesmo durante o período Goulart, quando a orientação em alguns estados e em âmbito federal era deixar a esquerda em paz”.³⁷

Os tentáculos da repressão atingiram algumas sedes de Uniões Estaduais de Estudantes. A União Paranaense dos Estudantes “foi invadida por agentes da DOPS, munidos por um mandado de busca e apreensão expedido pelo presidente da Comissão de Inquérito Policial Militar”.³⁸ Muitos Diretórios Acadêmicos sofreram invasões e as universidades estiveram sua autonomia violada. Os agentes policiais procuravam evidências de subversão como documentos e livros. A obsessão anticomunista era tamanha que livros com capa vermelha eram suspeitos e foram apreendidos nos Diretórios e/ou bibliotecas. Na Universidade da Bahia, uma militante contou que houve a apreensão na Faculdade Politécnica do livro intitulado “A resistência das massas”. Na realidade, era um livro de construção civil! Vários relatos circularam à época ridicularizando as trapalhadas da repressão. Sergio Porto – sob o heterônimo de Stanislaw Ponte Preta - apimentou estes casos com tons de sátira no livro “Febeapá, Festival de besteiras que assola o país”. Ridenti³⁹ afirmou: “quem se dedicar a recolher o anedotário, a partir de fatos cotidianos do período, terá em mãos material para um livro divertido”.

Deboches à parte, a operação limpeza implicou afastamento de seis Reitores, prisão e demissão de professores e intervenção em algumas instituições.⁴⁰ Ainda de acordo com Motta, a Universidade de Brasília foi ocupada por tropas da Polícia Militar e do Exército. A Universidade do Rio Grande do Sul foi uma das campeãs de demissão de professores. A Universidade da Paraíba teve como interventor um professor de medicina e oficial do Exército. A Universidade Rural do Rio de Janeiro teve o reitor deposto e encarcerado. A Universidade Federal do Espírito Santo e a Universidade Federal de Goiás completam o quadro. Houve ainda semi-intervenções e intervenções frustradas. Convém acrescentar que faculdades isoladas também sofreram intervenções

Além de moções em apoio ao golpe aprovadas por instâncias acadêmicas, algumas pesquisas têm demonstrado que frações estudantis aplaudiram a deposição de Goulart. Na Universidade da

³⁴ POERNER, 1995, p. 245

³⁵Foram mapeados três trabalhos: GUSSON, Claudia Maria. *Movimento estudantil e repressão judicial: o regime militar e a criminalização dos estudantes brasileiros (1964-1979)*. 2008. 137f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, 2008; SOUZA, Jorge Roberto Chastinet de. *Entre esquecimento e silêncio: Memórias de ex-ativistas estudantis (1960-1965)*. 2018. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia; BRITO, Antonio Mauricio Freitas. *“A atuação comuno-subversiva no setor universitário” e a devassa em 1964: movimento estudantil, universidade e justiça militar*. (no prelo)

³⁶ POERNER, op. cit., p. 245.

³⁷ MOTTA, 2014, p. 25.

³⁸ ZAPARTE, Andréia. *A DOPS e a repressão ao movimento estudantil em Curitiba – Paraná (1964-1969)*. 2011. 176f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Marechal Cândido Rondon, Paraná, 2011, p. 90.

³⁹ RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. São Paulo: Editora Unesp, 2000, p. 47.

⁴⁰ MOTTA, 2014.

Bahia, acadêmicos de Direito e Medicina aprovaram declarações favoráveis à nova ordem⁴¹. Em Santa Maria, o Centro Acadêmico de Direito publicou nota apoiando a “descomunização da pátria” e o saneamento da “comuno-sindicalização” em curso; o Centro Acadêmico de Engenharia ratificou sua “repulsa aos atos de traição à Pátria praticados pelas minorias inexpressivas de agitadores e ativistas comunistas”; e estudantes da Faculdade de Filosofia igualmente pediram “a expulsão [...] dos maus brasileiros ‘comunistas e agitadores’.”⁴² Keides Batista⁴³ indica que um jornal noticiou apoio de estudantes à “*Marcha da família com Deus pela liberdade*” em Goiás. Na Paraíba, a nova diretoria do Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia aplaudiu a ação das Forças Armadas.⁴⁴

A historiografia brasileira se nutre de poucas pesquisas que investiguem o apoio de universitários ao golpe. Deste modo, essas ações a favor da deposição de Goulart não devem ser generalizadas para o conjunto dos estudantes. Parecem ter sido ações de “vanguarda”. Do mesmo modo, as ações de resistência não passaram de iniciativas isoladas de setores militantes do ME e de esquerda. Martins Filho sugere não ter sido nítido o posicionamento da maioria dos estudantes e estes trabalhos têm ratificado a sua hipótese de que a massa estudantil parece ter entrado num estágio de paralisia: nem apoio ativo, nem recusa ativa. O autor avança na hipótese argumentando que as eleições de chapas de oposição à esquerda em Pernambuco, Minas, Bahia e especialmente o Rio de Janeiro – cuja entidade (UME) seria um “termômetro” das tendências nacionais do ME – expressavam um comportamento da massa estudantil em apoio à retomada de posições liberais-elitistas e grupos direitistas – estes menos expressivos. Ainda é tímida na historiografia sobre ME no Brasil investigações sobre a hipótese do autor acerca da “presença de uma orientação liberal antipopular ativa no meio estudantil do pós-64”.⁴⁵

O autor defende que “o meio estudantil universitário não esteve imune à diversidade de orientações de seu meio social de origem”. Argumenta que as camadas médias urbanas – principal origem social do meio estudantil – se dividiram, mas “setores importantes da classe média passaram a expressar publicamente sua oposição ao ascenso do movimento popular, configurando-se como a principal base de apoio de massa à contraofensiva golpista”.⁴⁶

Essa instigante perspectiva igualmente merece ser pesquisada nas regiões e universidades para uma síntese abrangente amparada em pesquisa empírica. Por outro lado, o autor registra “a diferença entre os caminhos trilhados pela “massa” dos estudantes e as atitudes e proposições de sua ‘vanguarda’.”⁴⁷ Neste caso, os setores mais politizados do ME se posicionaram em defesa das reformas, em apoio ao bloco popular e anti-imperialista e contra o golpe de 1964.

Da reorganização do ME à resistência antiditatorial

Preocupado com esta vanguarda que “desvirtuava” a função do estudante, o governo enviou para o Congresso a Lei 4.464, apelidada de Lei Suplicy - uma alusão ao Ministro da Educação e

⁴¹ BRITO, 2008.

⁴² LIMA, Matheus da Fonseca Capssa. *Movimento estudantil e ditadura civil-militar em Santa Maria (1964-1968)*. 2013. 156 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013. p. 97.

⁴³ VICENTE, Keides Batista. *Retratos de Goiás: memórias de ex-militantes estudantis goianos sobre a década de 1960*. 2006. 112f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, Goiás, 2006, p. 83.

⁴⁴ RAMOS, Erica Lins. *Da convivência ao despertar militante: o movimento universitário na cidade de Campina Grande - PB (1964-1968)*. 2013, 268f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Paraíba, 2013. p. 108.

⁴⁵ MARTINS FILHO, 1987, p. 94.

⁴⁶ MARTINS FILHO, 1987, p. 66.

⁴⁷ MARTINS FILHO, 1987, p. 67.

Cultura (Flávio Suplicy Lacerda). Implicitamente, a Lei tornava ilegais as entidades de representação estudantil universitária – as UEEs regionais e a UNE. Explicitamente, criava o Diretório Estadual dos Estudantes e o Diretório Nacional dos Estudantes com sede no Distrito Federal, instituiu formas de controle político e fiscalização externa ao corpo estudantil.

De acordo com Martins Filho, a Lei 4.464 despertou reações contrárias inclusive de setores estudantis liberais que haviam apoiado o golpe, mas eram a favor da UNE. Interpretada como uma tentativa de extinguir a UNE e acabar com a autonomia política e organizativa dos estudantes, paradoxalmente, a Lei Suplicy contribuiu para o início da reorganização do ME nacional.

Em 1965, o ME inicia uma reaglutinação convivendo com a retomada da influência da esquerda na elaboração dos seus rumos. Isso será consolidado no último congresso legal da UNE em julho. Após esse fórum, a entidade mergulhou num período de clandestinidade. Ainda assim, mesmo na ilegalidade, a UNE sobreviveu à Lei Suplicy e se manteve como referência política e organizativa para a opinião pública e os estudantes engajados no movimento estudantil; a partir de agosto de 1965, pautou lutas por mais vagas e verbas para as universidades, reivindicou liberdade de expressão e denunciou a violência policial.

1966 foi um ano marcado pelo avanço da repressão. As mobilizações estudantis começaram em março após a repressão policial a uma passeata de calouros em Belo Horizonte. Em solidariedade aos colegas mineiros, novas passeatas ocorreram no Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Espírito Santo. Em julho o governo tentou impedir a realização do Congresso da UNE em Belo Horizonte; dias depois, a PM dissolveu o Congresso da União Estadual dos Estudantes de São Paulo e prendeu 178 estudantes. Esses eventos geraram reações e protestos estudantis novamente reprimidos violentamente.

Poerner considera que Setembro foi “um dos meses mais intensos, agitados e heroicos da história do movimento estudantil brasileiro”.⁴⁸ O Rio de Janeiro foi palco do “Massacre da Praia Vermelha” – invasão da Faculdade Nacional de Filosofia pela polícia com destruição de equipamentos da universidade, ferimentos em estudantes e denúncias de violência sexual cometida por agentes de repressão.⁴⁹

O governo do General Castelo Branco reprimiu violentamente “todas as reuniões estudantis consideradas proibidas e colocou nas ruas um aparato de repressão até então desconhecido, no Brasil, na ação contra protestos universitários”. Deste modo, “a luta contra a repressão policial promovida pela ditadura foi o aspecto central das manifestações universitárias de 1966”.⁵⁰ A partir do mapeamento feito por Martins Filho⁵¹ sobre as ações estudantis a partir do Jornal “*O Estado de São Paulo*”, é possível identificar mais de 50 protestos estudantis (greves, passeatas, comícios, assembleias, congressos) neste ano. O autor conclui que “a consciência antiditatorial – que se manifestou com mais força na crise de 1968 – encontra nestes dias suas raízes mais distantes” e a radicalização da luta antirrepressiva criou as condições para a ascensão da esquerda nas direções das entidades: “A categoria estudantil passaria a reconhecer, outra vez, a esquerda universitária como portadora de suas reivindicações”.⁵²

A análise das lutas estudantis neste período requer considerar que muitas organizações políticas de esquerda atuaram no ME brasileiro. Em muitos momentos, canalizaram a insatisfação de parcela dos estudantes para uma atuação política organizada ou para expressar seu

⁴⁸ POERNER, 1995, pág. 252

⁴⁹ MARTINS FILHO, 1987, p. 100-102.

⁵⁰ MARTINS FILHO, 1987, p. 96.

⁵¹ MARTINS FILHO, 1987 p. 104-109.

⁵² MARTINS FILHO, 1987, p. 102.

descontentamento com a ditadura. Este processo foi favorecido porque, ao contrário do que determinados setores que apoiaram o golpe esperavam, os militares não retornaram à caserna. Amplos setores apoiaram o golpe de 1964 influenciados pelo discurso anticomunista e acreditavam numa “intervenção cirúrgica” das Forças Armadas. Aos poucos, passaram a ficar descontentes com o protagonismo militar e a truculência do regime.

As medidas repressivas em relação à universidade contribuíram para fomentar uma antipatia aos militares. O IPM da UNE indiciou 750 pessoas. A UnB foi invadida nos dias posteriores ao golpe. Denúncias de torturas vieram à tona. Estes fatos foram divulgados amplamente pela imprensa e despertaram medo em algumas pessoas e indignação em outras. Como diz Martins Filho, “logo nos primeiros meses, o regime deparou-se com uma oposição difusa e não articulada no meio estudantil”.⁵³

A Lei Suplicy Lacerda contribuiu para aumentar a rejeição à nova ordem imposta e serviu para canalizar a insatisfação de estudantes críticos ao golpe de 1964. A situação da universidade contribuía para isso, pois os problemas materiais continuavam, bem como limites de vagas e redução de verbas. Vale reiterar que a vitória do golpe de 1964 não liquidou uma cultura de esquerda. De modo difuso, esses aspectos teriam sua importância no meio estudantil, somados a uma atmosfera internacional de rebeldia.

Convém não esquecer que, no imediato pós-golpe, a repressão ao movimento estudantil foi seletiva e sem a intensidade que se abateu sobre os camponeses e operários. Além disto, a “autonomia organizativa frente ao Estado [...] impediu o dismantelamento do sindicalismo estudantil no mesmo nível ocorrido com os sindicatos operários”.⁵⁴ É oportuno considerar ainda que a esquerda nos níveis ideológico, político e organizativo estava mais “preparada para propor o avanço das lutas contra a ditadura”⁵⁵. As formas de atuação política combinavam ação legal com ilegal; a disciplina, a valorização do papel e das ações de vanguarda, a autodefesa, a preocupação com a segurança nas passeatas e a adoção de estratégias para a resistência e os enfrentamentos com a polícia.

Martins Filho enfatiza a “necessidade de se preservar, ao nível da análise, a relativa independência entre as práticas da direção e as do conjunto do movimento”.⁵⁶ Atentar para essa dimensão é importante para evitar um transplante automático das “ideias que fizeram a cabeça da esquerda”⁵⁷ e das correntes do ME para o conjunto dos estudantes. Existiram importantes diferenças e tensões entre as organizações organizadas nacionalmente que disputavam poder e exerciam alguma influência nos rumos gerais do movimento – as principais eram a Ação Popular (AP), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Política Operária (POLOP), Dissidências estudantis e Esquerda independente.⁵⁸ Por outro lado, em geral, a luta contra a ditadura militar parece que se sobrepôs às rivalidades e disputas entre as correntes. É preciso não esquecer que as posições políticas sofriam inflexões a depender da conjuntura e eram influenciadas pelo posicionamento do “movimento de massa”.

Concluída a breve digressão sobre a relação ME e esquerda, não custa dizer que os de *cima* também se digladiavam, aberta ou disfarçadamente. O final do Governo Castelo Branco ocorreu num clima de disputa entre as frações militares pela sucessão. O Marechal Costa e Silva assumiu

⁵³MARTINS FILHO, 1987, p. 83.

⁵⁴MARTINS FILHO, 1987, p. 78.

⁵⁵MARTINS FILHO, 1987, p. 104-105.

⁵⁶MARTINS FILHO, 1987, p. 171.

⁵⁷GORENDER, 1987, p. 73.

⁵⁸ Um apanhado das posições gerais das correntes pode ser encontrado em MARTINS FILHO, 1987, p.143-202 e SANTOS, Nilton (org.). *História da UNE*. Volume 1: depoimentos de ex-dirigentes. São Paulo: Editorial Livramento, 1980.

o governo em março de 1967 após uma campanha marcada pela ambiguidade “buscando conciliar as aparências de continuidade democrática e as expectativas da oficialidade radical”.⁵⁹ De um lado, a tática visava capitalizar o desgaste em torno de Castelo Branco, alvo de críticas em função do uso de instrumentos autoritários desde abril de 1966 para “reprimir as dissidências e amordaçar o congresso” a partir das “prerrogativas de cassação de mandatos e direitos políticos concedidas pelo AI-2”. As aprovações da Lei de Imprensa, da Lei de Segurança Nacional e da nova Constituição acentuavam o verniz autoritário do regime, geraram uma oposição democrática, enquanto algumas categorias sociais mostravam descontentamento com a política econômica geral. Por outro lado, a campanha reuniu partidários críticos do “círculo presidencial castelista [que] seria degradado” pela presença de “um amontoado de “pseudorrevolucionários” engessados por prevenções legalistas e civilistas”.⁶⁰

Para além do discurso, havia em curso um processo de militarização. Segundo o autor, “o movimento estudantil viveu com mais intensidade que qualquer outro setor a oscilação entre “diálogo” e repressão”.⁶¹ O Marechal Costa e Silva reprimiu as primeiras manifestações estudantis em 1967 e proibiu o 29º Congresso da UNE que ocorreu sob clandestinidade, em meio a um ostensivo cerco policial em Belo Horizonte.

Já 1968 começou efervescente para o ME reivindicando a matrícula dos “excedentes”: estudantes aprovados no vestibular em classificação inferior ao número de vagas. O número de matrículas já havia subido de 27.253 (1945) para 278.295 (1968), mas os universitários representavam ínfimos 0,2% da população brasileira, como já mencionado. Sem descuidar da luta pela ampliação de vagas nas universidades, o ME criticou a política educacional do governo que, dentre outros aspectos, “reduziu ainda mais o percentual dos recursos consignados à Educação no Orçamento da União, fixando para 1968 em 7,7% do total – quando apresentara 11% em 1965, 9,7% em 1966 e 8,7% em 1967”. As mobilizações estudantis ganharam envergadura a partir da morte do estudante Edson Luís, no Rio de Janeiro, em 28 de março, no Restaurante Calabouço.

A morte do estudante foi o “batismo de sangue do movimento estudantil”.⁶² A ação repressiva gerou indignação e resistência traduzida em “26 grandes passeatas em 15 capitais”. Em junho houve “16 passeatas em 07 capitais”, incluindo a passeata dos *cem mil* no Rio de Janeiro.⁶³ Os protestos estudantis contra a violência policial despertaram a solidariedade de artistas, intelectuais, jornalistas, mães e pais de alunos e setores da igreja católica – além do “respaldo da maior parte das bases estudantis universitárias, que davam legitimidade à atuação das lideranças”.⁶⁴ Percebendo a amplitude da indignação, o Governo Costa e Silva “se dispôs a receber a comissão representativa dos organizadores da passeata. Nada resultou do diálogo, mas esta foi a única vez que um general-presidente concedeu audiência a uma comissão popular”.⁶⁵

Aqui vale um breve parêntese. O amplo acolhimento especialmente de artistas e intelectuais aos estudantes implica - dentre outros fatores - compreender que “o florescimento cultural vindo dos anos 50 não fora sufocado e assumira no pós-64 formas novas e brilhantes, altamente

⁵⁹ CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: Revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 97.

⁶⁰ CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis*: Op. cit., p. 96.

⁶¹ MARTINS FILHO, 1987, p. 134.

⁶² HEGEMEYER, Rafael Rosa. *Caminhando e cantando: o imaginário do movimento estudantil brasileiro de 1968*. São Paulo: EDUSP, 2016. p. 41-59.

⁶³ MARTINS FILHO, João Roberto. “Os estudantes nas ruas, de Goulart a Collor”. In: _____ (org.). *1968 faz 30 anos*. Campinas/São Paulo/São Carlos: Mercado de Letras/Fapesp/Editora da Universidade de São Carlos, 1998, p. 18.

⁶⁴ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo, UNESP, 1993. p. 130.

⁶⁵ GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1987. p. 148.

politizadas”.⁶⁶ Ridenti desenvolveu a ideia do florescimento cultural não estancado pelo golpe de 1964 e só liquidado após o AI-5. Para o autor:

“O Cinema Novo, o Teatro de Arena e o Teatro Oficina, a Bossa Nova, os Centros Populares de Cultura (CPCs) ligados à UNE (que promoviam diversas iniciativas culturais para “conscientizar” o “povo”), o Movimento Popular de Cultura (MPC) que alfabetizava pelo método crítico Paulo Freire, a poesia concreta e uma infinidade de outras manifestações culturais desenvolveram-se até 1964. Após essa data, os donos do poder não puderam, ou não souberam, desfazer toda a movimentação cultural que tomava conta do país e só teria fim após o Ato 5, de dezembro de 1968”.

O autor mostrou “como, por intermédio das artes, e também nelas, difundia-se nos meios intelectualizados uma rebeldia anticapitalista, em diversos matizes”⁶⁷. Essa atmosfera crítica reverberava no protesto estudantil inspirado também por “intelectuais - jornalistas, escritores, artistas, religiosos” que teriam papel coadjuvante no protesto e na resistência antiditatorial: “os shows, os festivais de música popular, os manifestos de protesto divulgariam temas e propostas que colocavam em questão o Brasil oficial, incentivando a crítica e a rebeldia”.⁶⁸ Deste modo, analisar o radicalismo, a representatividade e a amplitude do protesto estudantil em 1968 exige uma combinação de aspectos políticos e culturais em sentido amplo.

Retomando a dimensão política da conjuntura no sentido mais restrito, a crise fez o governo reunir o Conselho de Segurança Nacional (CSN). Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, o General de Brigada Jayme Portella de Mello apresentou um extenso relatório que afirmava estar em curso “um desrespeito à autoridade constituída e aos postulados da vida democrática”; associava o protesto estudantil ao terrorismo; interpretava os fatos como o “início da contrarrevolução”. Sentenciava que “as recomendações de Havana [...] encontram-se em fase de plena concretização (não só no Brasil como na América Latina), colocando na vanguarda, com vistas à tomada do poder, a classe estudantil. [...] Orientam essas ações elementos especializados com preparo técnico e tático no exterior para o tipo de ação em curso, denominada “Guerrilha Urbana””.⁶⁹

Os argumentos acima predominaram nos pronunciamentos dos membros do Conselho. Lidas pela chave da *guerra revolucionária* dirigida por centros externos, as manifestações estudantis eram deslegitimadas e associadas a uma conspiração organizada pelos comunistas cubanos, chineses e soviéticos. Vários ministros militares presentes à reunião identificaram aspectos comuns do que o jargão militar anticomunista chamaria de Movimento Comunista Internacional (MCI). Através dele, as intenções subversivas dos atores eram desveladas. Os discursos tinham fundo ideológico e criavam um estado de ânimo traduzido entre uma aparente negociação e o efetivo endurecimento do Governo reiterando que as passeatas eram proibidas e ordenando a participação direta das Forças Armadas na repressão aos protestos na retomada das aulas.

Flertando com o anticomunismo e o conservadorismo, alguns destes discursos resultavam de ansiedades dos anos 1960. A cena internacional era marcada por “um mal estar mundial nas universidades, uma crise da “cultura burguesa” em todos os cantos do globo, com a qual tomavam contato também os estudantes brasileiros, pelo seu acesso privilegiado à formação e informação política e cultural”.⁷⁰ Com relativa simultaneidade, este quadro internacional foi convulsionado em 1968 por uma avalanche de revoltas, rebeliões e protestos em diferentes países apresentando um mosaico de propostas teóricas, estéticas, comportamentais e políticas:

⁶⁶ GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas...* Op. cit.

⁶⁷ RIDENTI, 1993, pág. 89.

⁶⁸ REIS FILHO, 1999. p. 69.

⁶⁹ ATA CSN, 11 jul., 1968, p. 13.

⁷⁰ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 1993 p. 149.

“do maio libertário dos estudantes e trabalhadores franceses ao massacre de estudantes no México; da Primavera de Praga às passeatas norte-americanas contra a Guerra no Vietnã; do pacifismo dos hippies, passando pelo desafio existencial da contracultura – notadamente as experiências com as drogas, tidas na época como contestação à moral e aos padrões culturais burgueses –, até grupos de luta armada, espalhados mundo afora.”⁷¹

Sua difusão se deu principalmente via imprensa. A propósito, a expansão do protesto estudantil não pode prescindir da reflexão sobre o papel da grande imprensa que exerceu “importante papel na divulgação das manifestações estudantis contra as medidas repressivas do governo adotadas desde o primeiro dia do golpe militar”.⁷² Martins filho considera que “o clima geral de antipatia e condenação à política do governo militar” foi propiciado também pelos “protestos que começaram a aparecer na imprensa” superando a atitude de paralisia estudantil no imediato pré-golpe.⁷³ Reis Filho sintetiza:

“a repercussão mediática era desproporcional aos acontecimentos. É que parte dos grandes jornais, que haviam participado intensa e ativamente da derrubada do regime constitucional anterior, voltava agora as costas à ditadura [...]. Brechas e mais brechas na frente heterogênea, favorecendo o desenvolvimento das oposições. Ao ecoar grandiosamente na mídia, uma pequena ação puxava outras, estimulando tendências, despertando coragens. O papel dos meios de comunicação nunca poderá ser subestimado na análise de 1968. Jornais ainda, mas já, e sobretudo, a televisão. Com as imagens nacionais e internacionais, informando, sensibilizando, despertando”.⁷⁴

* * *

Imprensa à parte, a conjuntura de 1968 era complexa no Brasil. No segundo semestre, o ME focou no 30º Congresso da UNE. Debater a situação do país, os rumos do regime, o papel dos estudantes, as bandeiras e formas de luta eram algumas das questões polêmicas. Dilemas organizativos igualmente estavam presentes, incluindo como realizar um encontro com centenas de estudantes numa conjuntura de endurecimento. A dúvida refletia um dilema mais amplo das esquerdas no período: “como fazer um movimento de massas sob rígida clandestinidade?”⁷⁵ A proposta vencedora foi realizar o congresso clandestinamente. A escolha do local recaiu num sítio em Ibiúna, cidade do interior de São Paulo. A eleição dos delegados ao conclave se deu nas Faculdades.

Antes da repressão ao Congresso da UNE, a postura repressiva da ditadura em relação ao ME ficaria mais evidente a partir de agosto – mês em que reinava um clima de relativa calma⁷⁶. Em 29 de agosto, “30 carros da Polícia Civil, duas companhias da Polícia Militar, agentes da Dops e do Serviço Nacional de Informação, e mais 12 choques da Polícia do Exército”⁷⁷ invadiram o campus da Universidade de Brasília (UnB) espancando professores e alunos. A tropa agia “sob as ordens dos militares e da Justiça Militar”. Exibia “mandados de prisão contra cinco militantes estudantis”. Os policiais “chutaram as portas das salas de aula, destruíram equipamentos de

⁷¹ RIDENTI, 2014, p. 20.

⁷² VALLE, Maria Ribeiro do. *O diálogo é a violência*. Campinas: Editora Unicamp, 2008. p. 25.

⁷³ MARTINS FILHO, 1987, p. 83.

⁷⁴ REIS FILHO, 1999, p. 67.

⁷⁵ RIDENTI, 1993, p. 131.

⁷⁶ MARTINS FILHO, 1987, p. 141.

⁷⁷ POERNER, 1995, p. 292.

laboratório e colocaram centenas de filhos das elites brasileiras a marchar através do campus, com as mãos na cabeça, concentrando-os numa quadra de basquete para identificação”.⁷⁸

Houve ampla repercussão do acontecimento. Senadores e deputados da base de apoio do governo e da oposição protestaram no congresso. Um parlamentar leu uma carta assinada “por 175 “Mães e Esposas de Brasília””, das quais pelo menos trinta eram casadas com deputados e senadores que se opuseram abertamente à repressão”.⁷⁹ Cerca de 20 deputados e 03 senadores seguiram para o campus para libertar os presos, tiveram conflitos com a polícia, incluindo violência física. Alguns dos estudantes presos eram filhos destes políticos. A militarização se mostrava em linha ascendente e o Estado radicalizava a intolerância em relação ao ME.

Setores duros das Forças Armadas ficavam indignados com a solidariedade de parlamentares ao protesto estudantil interpretado por eles como de natureza subversiva. A reunião do Conselho de Segurança - ocorrida em julho - já tinha sido espaço para aflorar os ressentimentos de militares com os parlamentares, bem como conectar a ação estudantil a uma conspiração envolvendo políticos do MDB e da Frente Ampla – algo desconstruído pela historiografia. De acordo com Poerner, “a oposição visceral” do ME ao governo militar não implicava integração “na oposição legal do MDB ou na controvertida Frente Ampla”. Os estudantes criticavam o MDB “por considerá-lo produto do desejo governamental de organizar – ele próprio – sua oposição”. Quanto à Frente Ampla, a esta altura já proibida pelo regime, não conseguia “captar a simpatia dos jovens [...] [e] se afigurava aos estudantes como “uma aliança de cúpulas burguesas”.⁸⁰

Além de parlamentares, a imprensa condenou a invasão da UnB. Diferentemente da morte de Edson Luís, o ME não conseguiu reagir com protestos de massa. A temperatura de radicalização acirrava ânimos. Menos de uma semana antes do Congresso da UNE, estudantes da Mackenzie e da USP estiverem envolvidos em conflitos armados na chamada “Guerra da Maria Antônia”. Por quase uma semana, estudantes ligados ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e estudantes do ME se confrontaram resultando em mortes, feridos, fechamento das faculdades, depredação e destruição da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de São Paulo (USP).

Em outubro a hostilidade do governo em relação ao ME se traduziu no desbaratamento do 30º Congresso da UNE. A Polícia prendeu centenas de estudantes de todo o país e suas direções políticas em âmbitos local, regional e nacional. Levados para o Presídio Tiradentes, os estudantes foram fichados e depois regressaram aos seus estados de origem sob escolta policial. Posteriormente, a repressão à esquerda se beneficiou deste “banco de dados”. Ao menos quatro importantes dirigentes do ME continuaram presos e só seriam soltos entre setembro de 1969 e janeiro de 1971 - “resgate” exigido para a liberação do Embaixador dos EUA e da Suíça, sequestrados por organizações de esquerda. O Congresso só voltaria a ser instalado clandestinamente em abril de 1969 num sítio no Rio de Janeiro com cerca de 100 delegados eleitos.

Estudantes tentaram protestar, mas as tentativas foram violentamente reprimidas pela Polícia. A repressão mudara de qualidade. Tiros passaram a fazer parte do cotidiano das passeatas que cada vez mais tinham participação com uma quantidade menor de pessoas. Na dialética dos contrários, a repressão ia vencendo a resistência...

⁷⁸ BITTS, Bryan. “O sangue da mocidade está correndo?: a classe política e seus filhos enfrentam os militares em 1968”. *Revista Brasileira de História*, v. 34, n. 67, 2014, São Paulo, p. 39-65. p. 39.

⁷⁹ BITTS, Bryan. “O sangue da mocidade está correndo”... Op. cit., p. 18.

⁸⁰ POERNER, 1995, p. 264-265.

A intolerância do regime ficou ainda maior com o AI-5 que aumentou o cerco à oposição política ao regime e “viria liquidar de vez com a “cultura de esquerda que se tornara uma ameaça”.⁸¹ O regime entrou na fase do Terrorismo de Estado. O quadro de medo se expandiu e afetou as camadas médias que haviam somado forças na resistência ao regime. O ambiente cultural crítico à ditadura foi liquidado. A imprensa virou alvo da censura. Tudo isso reverberou no movimento estudantil e na universidade. A repressão endureceu e as frações mais intolerantes dos militares assumiram o protagonismo nos rumos do regime.

O arbítrio ganhou arcabouço legal. Vista pelos militares como território de “subversão”, a universidade viveu sob novo cerco repressivo. Mesmo muitos estudantes sendo alvos de medidas repressivas imediatamente após o AI-5, Motta argumenta que os membros dirigentes da repressão se sentiam carentes de instrumentos legais para cometer novos expurgos nas universidades. Acrescente-se que o temor do protesto estudantil no retorno às aulas fez o Conselho de Segurança baixar legislação específica para a repressão ao ME.⁸²

Em 13 de fevereiro de 1969, o governo emitiu o Decreto 477. O decreto punia estudantes e professores que se envolvessem em manifestações de caráter político-partidário impedindo aqueles que o violassem de se matricular, por até três anos, em uma Faculdade. Segundo Motta, “foram excluídas centenas de estudantes das universidades nos primeiros meses de 1969, em proporção bastante superior ao expurgo de 1964”.⁸³ Este intenso ciclo repressivo abateu em muito a capacidade do ME ser desenvolvido na cena pública. Novas formas e conteúdos precisaram ser reelaborados e novos capítulos da resistência foram escritos, mas que fogem aos objetivos deste texto.

Considerações finais

A narrativa historiográfica relativamente consensual sobre o enredo que caracterizou as relações entre ME e ditadura neste período vem acompanhada de lacunas, silêncios e esquecimentos. Na medida em que houve repressão ao ME no imediato pós-golpe cassando ativistas, pouco se discute sobre o impacto da repressão pós-golpe para uma ruptura na militância estudantil. Vale investigar a hipótese da descontinuidade e do relativo esquecimento sobre as experiências de luta anteriores ao golpe de 1964, especialmente quando se percebe a inflação de memórias sobre 1968. Não por acaso, fala-se em *geração de 1968* para enfatizar jovens que participaram das lutas de 1968, mas quase nunca se remete à *geração de 1964*. As lutas desenvolvidas antes do golpe parecem silenciadas. Uma hipótese razoável é a identidade de muitos ativistas ser marcada por uma “memória envergonhada”⁸⁴ amparada na visão de que não houve nenhuma resistência ao golpe.

Perspectivas promissoras têm sido construídas em pesquisas que analisam a participação de estudantes de direita/anticomunistas. Além dos trabalhos já citados ao longo do artigo, Braghini⁸⁵ reconstituiu as percepções conservadoras e anticomunistas sobre a juventude veiculadas na Revista da Editora do Brasil S/A e tem trilhado pesquisas instigantes sobre estudantes anticomunistas. Amato refletiu sobre outras formas de ser estudante que não vinculadas à

⁸¹ RIDENTI, 1993, p. 94

⁸² MOTTA, 2014, p. 154.

⁸³ MOTTA, 2014, p. 159

⁸⁴ CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

⁸⁵ BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. *Juventude e pensamento conservador no Brasil*. São Paulo: EDUC/Fapesp, 2015; BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. A história dos estudantes “excedentes” nos anos 1960: a superlotação das universidades e um “torvelinho de situações improvisadas”. In: *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 51, p. 123-144, jan/mar, 2014.

esquerda.⁸⁶ Mattos discorreu sobre a atuação dos jovens anticomunistas, especialmente em 1968.⁸⁷

Tomados em conjunto, estes trabalhos demonstram que a história dos estudantes universitários neste período não pode ser resumida à história do movimento estudantil e das esquerdas, tampouco das orientações das suas direções políticas e correntes organizadas. Houve uma pluralidade de pensamentos e comportamentos que não foram traduzidos no ME. Diferente da mitologia construída que associa estudante a um “oposicionista nato”, nem todos estiveram engajados na militância política. Mesmo para os que tiveram engajamento, a adesão à militância deve considerar graus variados de adesão e compromisso. É necessário atentar para as nuances, mediações, aproximações e distanciamentos entre os setores militantes e o estudante-comum.

As fontes mais utilizadas para o estudo do ME tem sido a grande imprensa, os periódicos e as fontes orais. Neste último caso, a ênfase nas entrevistas é ouvir a voz dos ativistas e membros de organizações políticas. Além de maior crítica ao lidar com essas memórias militantes,⁸⁸ falta ouvir os estudantes-comuns – aqueles que iam para uma passeata pontualmente, mas sem um engajamento cotidiano no ME –, bem como os ativistas que atuavam no cotidiano do ME sem participação nas correntes organizadas.

Ainda está para ser feita uma síntese sobre o ME no Brasil que considere a diversidade regional/local. O Rio de Janeiro foi um importante centro nervoso naquela conjuntura e muitos dos acontecimentos ocorridos na cidade repercutiram amplamente e tornaram-se fatos políticos nacionalizados. Entretanto, isso não implica generalizar para o Brasil a história do ME no Rio - nem em São Paulo. Por que acontecimentos nestes lugares são nacionalizados enquanto experiências noutros estados são silenciadas? Pesquisas de fôlego como a de Vieira ajudam a mudar a escala de observação.⁸⁹

Há uma série de problemáticas que merecem pesquisas. No quesito repressão, por exemplo, Margarida Vieira⁹⁰ aponta que o Congresso da UEE Minas Gerais contou com o financiamento do Governo do Estado. Em 1965, o Congresso da UPE Paraná ocorreu na Câmara Municipal de Curitiba. Hegemeyer explica esse fato a partir do interesse do Governador em construir uma imagem de liberal para disputa sucessória no interior da ARENA⁹¹. A UEB Bahia viveu uma situação de semiclandestinidad e seus congressos eram divulgados na imprensa. Os três casos parecem apontar para singularidades no grau de tolerância dos governos estaduais a essas entidades. Em sentido inverso, em muitos momentos a repressão policial gerou ondas de solidariedade estudantil e indignação que transcenderam os muros das faculdades e universidades, bem como as fronteiras entre cidades e estados.

⁸⁶ AMATO, Gabriel. Memórias de rondonista: lembrando outras maneiras de ser estudante durante a ditadura militar. In: DELLAMORE, Carolina, AMATO, Gabriel, BATISTA, Natália (orgs.). *A ditadura aconteceu aqui: a história oral e as memórias do regime militar brasileiro*. São Paulo: Letra e Voz, 2017, p. 151-169.

⁸⁷ SANTOS, Rafaela Mateus Antunes dos. *O outro lado da Rua Maria Antônia: a atuação das juventudes de direita em 1960*. 2015. 199f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2015.

⁸⁸ BRITO, Antonio Mauricio Freitas. Militância estudantil e memórias dos anos 1960. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 21, p. 94 - 131. maio/ago. 2017.

⁸⁹ CRUZ, José Vieira da. *Da autonomia à resistência democrática: movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe (1950-1985)*. 2012, 527f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.

⁹⁰ VIEIRA, Margarida Luiza de Matos. 68: Os estudantes mineiros e o desejo de um novo mundo. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). *1968 faz 30 anos*. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp; São Carlos, SP: Editora da Universidade de São Carlos, 1998, p. 77-93.

⁹¹ HEGEMEYER, 2016, p. 41.

Refletir sobre a experiência do protesto estudantil neste período implica abarcar dinâmicas de participação amplas e rituais da cultura juvenil universitária. As solenidades de formaturas foram espaços importantes de resistência molecular no imediato pós-golpe. O trote na cena pública foi outra dessas iniciativas tradicionais da cultura universitária marcada por protesto na cena pública. A pesquisa de Edmilson Rodrigues é um exemplo do quanto buscar inspiração antropológica pode ser sugestiva para a historiografia do ME.⁹²

Um tema de pesquisa fecundo é analisar o cotidiano acadêmico a partir de dezembro de 1968. O AI-5 teria silenciado o ME? Conectado à esta temporalidade, Istvan Jancsó indicou o quanto as relações pessoais foram abaladas pela lógica da suspeição que invadiu o ambiente universitário a partir de 1969.⁹³ Além dos professores, como isso impactou o mundo estudantil? Quais as estratégias cotidianas desenvolvidas pelo ME para sobreviver nas duras circunstâncias de clandestinidade? Como as experiências militantes nos anos 1960 foram transmitidas no plano da memória? Estas são algumas das interrogações instigantes para futuras pesquisas sobre o ME brasileiro. Conectar sua história com a experiência latino-americana e em perspectiva transnacional sem dúvida fará fluir igualmente um *sem número* de novas problemáticas.

⁹² MAIA JÚNIOR, Edmilson Alves. *Memórias de luta: ritos políticos do movimento estudantil universitário* (Fortaleza, 1962-1969). Fortaleza: Edições UFC, 2008.

⁹³ BRITO, 2008.